



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2010/04/28

Aos vinte e oito dias do mês de Abril, do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e quarenta e cinco minutos foi declarada aberta a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Eurico Fernandes Gonçalves; -----

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo; -----

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues. -----

PRESENCAS: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, António Francisco Silva, Jorge Paulo Gomes da Silva, António dos Anjos Gonçalves, José António dos Reis, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Manuel Humberto Gonçalves, Franclim do Nascimento Serafim, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Mário Augusto Gonçalves, Duarte Nuno Pires, Alberto dos Anjos Martins, Hilário de Assis Gonçalves Pires; Carlos Alberto Vaz, Aniceto do Espírito Santo Diegues, Miguel Joaquim Linhas, Jocelim António Guerreiro de Carvalho, António Paulo Oliveira Neves, Francisco José Nunes Cunha, Duarte Francisco Gomes, Manuel António Pedreiro, José Guilherme Fernandes Barreira, Eduardo de Jesus Morais, José Joaquim Dinis, Adelino José dos Santos, Carlos Dinis Mateus Fornos, Olímpio Evangelista Fontes, Rui Virgílio da Cunha Madureira, Domingos Augusto Fernandes, Nuno Alexandre Barreira Santos, Manuel António Fernandes Martins, Fernando Jorge Diegues Magalhães, António Abílio Ferreira Barreira, José Henrique Vieira da Silva, Humberto José Sobrinho Alves, Carlos Abel Almendra Frias Vieira, António Miguel Borges Silva, Maria Adelaide Fernandes Morais, José Augusto Pinheiro, Manuel Gilberto Afonso Lousada, Francisco dos Santos Barroso, Anabela

Afonso Doreta, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Helena Margarida Beato dos Santos Afonso, Anabela do Sameiro Diegues da Cruz, Luís Alberto Piçarra, Humberto da Cruz Carneiro, Marília de Lurdes Fortunato Fernandes, José Carlos Claro, José Paulino Castanheira, Horácio Domingos Afonso, Solange Sofia Aboim Lobo, António João Margarido Alves, Manuel João Pintor Libório, Inácio Lourenço Fernandes, Manuel Pedro Gama, Manuel Aurélio Taveira Fernandes, Diana Sofia da Costa, Manuel do Nascimento Ferreira, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, Maria Madalena Afonso Magalhães e Manuel Dinis Lousada. -----

Faltaram com justificação de falta, os Senhores Deputados, André João da Silva Rodrigues, Octávio Manuel Gonçalves Ferro, José Humberto Martins, José Maria Ribas, pelo que a falta foi considerada justificada. -----

Faltaram sem justificação de falta, os Senhores Deputados Dora Maria Barroso de Sá e Maria do Carmo Fernandes, pelo que a falta foi considerada injustificada. -----

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal; --

2.4 - Período de intervenções; -----

2.5 – Ecolignum – aumento de capital; -----

2.6 – Projecto de Regulamento e Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais – Fundamentação Económico – Financeira; -----

2.7 - Discussão e aprovação da prestação de contas e relatório de gestão referente a dois mil e nove. -----

3 - Período reservado ao Público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por cumprimentar todos os presentes e informar que se torna necessário efectuar uma Revisão ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

Solicitou a todos os Senhores Deputados presentes que fosse constituído um grupo representativo de cada bancada politica, assim como fosse indicado um representante da cada um dos grupos, concedendo assim algum tempo, para este trabalho. -----

Dentro desta temática, informou que, há outra situação que é necessário esclarecer, prende-se com a constituição de uma comissão consultiva permanente, da Mesa da Assembleia Municipal, que entende que, faz falta, para agilizar da melhor forma o andamento dos trabalhos da Assembleia Municipal, principalmente a delimitação do tempo. -----

Solicitou ainda que esta comissão deve apresentar uma proposta, de revisão ao referido regimento, a qual deverá ser discutida na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

A comissão consultiva permanente, da Mesa da Assembleia Municipal deve ser constituída por sete elementos, um dos quais representará a mesa, quatro elementos da bancada do Partido Socialista e dois elementos da bancada do Partido Social Democrata, isto segundo a regra da proporcionalidade. -----

Seguidamente foram presentes à Mesa da Assembleia os nomes dos representantes de cada grupo parlamentar que a seguir se transcreve: -----

Pelo Partido Socialista: -----

- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida; -----

- José Paulino Castanheira; -----

- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----

- Anabela do Sameiro Diegues da Cruz; -----
- Maria da Glória Pires Cruz Veleda. -----

Pelo Partido Social Democrata: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- António Miguel Borges da Silva; -----
- José Augusto Pinheiro; -----
- Humberto José Sobrinho Alves. -----

Para a Comissão Consultiva de Acompanhamento da Mesa da Assembleia Municipal, foram nomeados os seguintes Deputados: -----

Pelo Partido Socialista: -----

- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida; -----
- José Carlos Claro; -----
- Maria da Glória Pires Cruz Veleda. -----
- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----

Pelo Partido Social Democrata: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- António Miguel Borges da Silva; -----

Neste seguimento o Partido Social Democrata, apresentou um requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal onde solicita a substituição do Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva pela Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----

Seguidamente concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- Manuel Dinis Lousada; -----
- José Carlos Claro; -----

- Manuel Pedro Gama; -----
- Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado; -----
- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida; -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma intervenção do teor seguinte: ----

“A Assembleia Municipal de Abril decorre entre duas datas de maior importância histórica para os trabalhadores e para as populações. -----

Refiro-me ao Dia da Liberdade e ao Dia do Trabalhador. Este ano decorre também as Comemorações do Centenário da República. -----

Aparentemente, no Concelho de Vinhais nada acontece: O 25 de Abril não é comemorado com a dignidade e importância histórica que realmente merece; o 1.º de Maio passará igualmente em branco; e, o Centenário da República idem aspa. -----

A constatação destes factos diz bem da dinâmica da autarquia vinhaense e da vitalidade sócio cultural do nosso município. -----

Pela parte da CDU e do PCP queremos aproveitar a oportunidade para dizer algumas palavras sobre o acontecimento maior da nossa história no século XX – o 25 de Abril de 1974. Numa outra ocasião haveremos de ter algumas palavras para o Centenário da República Portuguesa.

O 25 de Abril foi há 36 anos e para muitos de nós é um marco decisivo, um virar de página da nossa vida colectiva. -----

Estes são os dias em que se comemora, sobretudo, a liberdade. -----

Abril ponto de chegada de uma longa e difícil luta contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela democracia, e ponto de partida para a materialização dos objectivos dessa luta, traduzida no início da construção de uma democracia moderna suportada num significativo conjunto de avanços civilizacionais, únicos na história do nosso País. -----

O 25 de Abril e os dias e os meses que lhe seguiram foram tempos de festa e de luta: festa do povo em festa nas ruas exercendo e, assim, conquistando a liberdade; festa do povo em festa nas ruas tecendo o tecido novo do futuro, avançando para as conquistas revolucionárias que haveriam de, em poucos meses, fazer da Revolução de Abril o acto de maior modernidade de toda a história de Portugal. -----

Do vasto conjunto de conquistas alcançadas com a revolução de Abril, emergem como marcos maiores e de maior significado civilizacional: as nacionalizações dos sectores básicos da nossa economia que, liquidando os fundamentos do poder do capital monopolista, dono e senhor do Estado e da economia do regime fascista, desferiram um rude golpe na exploração e

na opressão capitalista; os direitos dos trabalhadores, designadamente, o direito ao trabalho, um salário e uma reforma dignos, a segurança social, férias pagas e 13.º mês, ao ensino, à saúde, à cultura – e, questão básica, essencial, decisiva: o direito a terem opinião ouvida e considerada; o Poder Local Democrático, abrindo caminho a formas novas de participação democrática visando a resolução de problemas das populações; a descolonização com o reconhecimento aos povos das ex-colónias do direito à autodeterminação e à independência pelas quais lutaram. -----

O 25 de Abril foi fruto do sonho e da utopia, foi feito pelo povo e para o povo, que não esquece os seus: Os Capitães de Abril!. -----

Comemorar a Revolução dos Cravos, no actual quadro político reveste-se de acrescida importância, quando se assiste à liquidação de importantes conquistas sociais e económicas, à acentuação das desigualdades, ao aumento do domínio económico e político do grande capital e, até, à tentativa mais ou menos encapotada de cercear liberdades fundamentais. -----

Agora, voltamos novamente a ouvir falar de Revisão Constitucional! As revisões da Constituição de Abril foram sempre o mesmo: os grandes senhores a recuperarem privilégios e a construir ou reconstruírem impérios e os trabalhadores e o povo a perderem regalias e direitos; o desemprego a atingir números nunca vistos; a fuga ao Fisco e à Segurança Social; e, vergonha maior deste país, dois milhões de pobres, um quinto da população portuguesa! --- Ninguém é livre com fome, sem emprego ou com trabalho precário! -----

Enquanto cada cidadão inserido no espaço em que vive, não tiver a mesma igualdade de oportunidades que o cidadão inserido noutra qualquer espaço do todo nacional, não haverá democracia. -----

Enquanto a esmagadora maioria dos jovens do concelho de Vinhais tiverem de emigrar para sobreviver e trabalhar, não haverá democracia! -----

Só o povo, tal como em Abril de 1974, conseguirá inverter esta política de abandono do interior e desinvestimento do nosso concelho e na nossa região. E, goste-se ou não, é sempre na rua que o povo luta, festeja e sonha ! Porque é sempre o lugar que lhe resta. -----

QUE VIVA ABRIL!” -----

Usou da palavra o Senhor Deputado José Carlos Claro, que iniciou por se referir à Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março, a qual define as taxas devidas pelos actos e serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, solicitando a todos os Senhores Deputados que seja elaborada uma proposta, como forma de protesto à aplicação de todas estas taxas. -----

Este Senhor Deputado, questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara se a Estrada de Sobreiró às Trincheiras é da Câmara ou se é do Instituto de Estradas, pois o seu estado é lamentável. -----

O Senhor Deputado Manuel Pedro Gama, apresentou uma intervenção do teor seguinte: -----

“Ex.º Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal; -----
Ex.º Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores presentes; -----
Senhores Deputados Municipais; -----
Minhas Senhoras e meus senhores. -----

Início esta intervenção por apresentar, a todos, cumprimentos e saudações democráticas. -----

No lapso de tempo que medeia entre 1977 e 1979 fiz parte desta Assembleia Municipal e também como membro da Mesa. -----

Foi nessa época que foi implementado o feriado municipal a 20 de Maio uma vez que o 15 de Agosto, que tinha sido pedido em primeiro lugar, não foi aceite, por quem de direito, uma vez que já era feriado a nível nacional e por outro lado tinha conotações religiosas. -----

Volvidos que são 30 anos cá estou de novo como membro desta Assembleia, para servir, bom grado, o meu concelho. -----

Mas, na verdade, não foi isso que me trouxe aqui. -----
Embora não tenha muita aptidão para a oratória, mesmo assim pedi para usar da palavra, nesta ocasião, para expor, perante esta assembleia, duas questões que me parecem bastante pertinentes. -----

Confesso-lhes que não sei se é o momento ideal e certo para tal. Isto porque, como abordou, na sessão anterior, um Sr. Deputado Municipal, que não sei quem era porque estava mais à retaguarda e por isso peço desculpa por não mencionar o nome, o “Período de Antes da Ordem do Dia” – art.º 18.º do Regulamento – devia começar pela apreciação e votação das actas – alínea a) do n.º 2, do mencionado artigo. -----

Então comecemos por analisar e, perdoem-me o termo, “esmiuçar” o próprio artigo 18.º para eu poder chegar à conclusão de qual é o momento para expor aquelas questões, uma vez que também não se podem inserir na “Ordem do Dia”. -----

Vejamos: O Artigo 18.º do Regimento diz, taxativamente o seguinte: -----

Artigo 18.º

(Período de Antes da Ordem do Dia)

1. O período de “Antes da Ordem do Dia” destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. -----
2. Este período inicia-se com a realização, por parte da mesa, dos seguintes procedimentos: -----
 - a) Apreciação e votação das actas;-----
 - b) Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que à mesa cumpra produzir;-----
 - c) Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas no momento próprio.-----
3. O período de “Antes da Ordem do Dia” terá a duração máxima de sessenta minutos.-----

Ora, da leitura deste artigo, nomeadamente do seu número 2 – “Este período inicia-se com a realização, pela mesa, dos seguintes procedimentos: -----

(alíneas a), b) e c), facilmente se infere que não há muito espaço para tratamento de outros assuntos gerais, como refere o n.º 1, deste mesmo preceito. -----

E se a mesa utilizar os sessenta minutos a que se refere o n.º 3? -----

Não estará um pouco repetida a alínea a) do n.º 2, deste artigo com o n.º 1 do art.º 19.º? -----

Sendo a acta um conjunto de propostas, deliberações, votações, etc. não deveria constar do Período da “Ordem do Dia”? -----

Porque é que não se pode fazer, a coberto do n.º 1, do art.º 19.º, uma apreciação da acta anterior? -----

No meu modesto entender parece-me haver entre estes dois preceitos, embora não totalmente, uma certa incongruência mas... ficam as questões para, quando esta Assembleia entender, serem discutidas, ou não. -----

Mas o que me fez intervir neste fórum é, essencialmente, uma questão: -----

A questão, vou já terminar mas não antes de “puxar a brasa a minha sardinha”, por que não dizê-lo, tem a ver com o seguinte: -----

Há alguns anos a esta parte foi encerrada, com remoção dos lixos lá existentes e recuperação das terras para outros fins, a lixeira que ficava nas imediações do caminho municipal que dá acesso à minha aldeia - MOÁS-. -----

Ficava, e ainda fica, agora com uma agravante porque antes o depósito dos inertes, vulgo lixo, era apenas num local, denominada lixeira, presentemente esse depósito é feito em dois ou três locais mesmo na beira do acesso a Moás, como diz o povo “mesmo nas barbas da autoridade”. Se ao menos fossem pedras e terra de casas antigas e desmoronadas não apresentariam grande prejuízo ambiental. Mas não, vai de tudo: são plásticos, é ferro velho e afins, são colchões e roupas velhas, etc., etc. É de tudo e mais alguma coisa. -----

Não estou a apresentar queixa contra ninguém em concreto mas estou a queixar-me, isso sim, contra todos aqueles que prevaricam e não respeitam nada nem ninguém. Bom, falta também saber se, com trinta e seis anos de democracia, há poucos dias celebrados, alguém lhes/nos ensinou o que é o ambiente. Se calhar não há muito tempo para isso... -----

Por isso deixo aqui o repto à Câmara Municipal, como poder local e em primeira instância, para que fiscalize convenientemente esta situação, levantando os autos julgados convenientes para aplicação de coimas e em simultâneo proceda à colocação de macro-contentores, em locais estratégicos, de modo que esses prevaricadores não possam apresentar uma nuance de desculpas. -----

Caso não seja da competência da autarquia, esta deve diligenciar junto da entidade competente para proceder de acordo com o que atrás frisei.” -----

Usou então da palavra a Senhora Deputada Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, para questionar o Senhor Presidente da Câmara, para quando está prevista a intervenção da estrada de Sobreiró às Trincheiras e dos Salguerios a Santalha. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado, Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, para lembrar ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada que em Vinhais o dia vinte e cinco de Abril não ficou no esquecimento, pois realizou-se neste mesmo Auditório um evento, uma

homenagem ao poeta e escritor Ari dos Santos, um concerto realizado pelos alunos das escola de música de Vinhais. -----

Relativamente à Moção que apresentou parece de todo pertinente, pelo que pedia aos Senhores Deputados e Presidentes da Junta de Freguesia do Partido Socialista, para a votarem favoravelmente. -----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada do Partido Socialista para na próxima sessão, fazerem chegar à Mesa a proposta ou moção, relativamente ao protesto sobre as taxas, devidas pelos actos e serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou a seguinte moção: -----

“Comemorou-se o 36.º Aniversário da Revolução de Abril um dos momentos mais altos da vida e história do povo português e de Portugal, o maior acontecimento da sua história do século XX. -----

A Revolução de 25 de Abril de 1974. -----

Pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, às guerras coloniais e ao colonialismo, à censura e às prisões políticas. -----

Instaurou as liberdades, as conquistas sociais e laborais, o poder local. -----

Aprovou a constituição da República, que consagrou o regime democrático. -----

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Vinhais, reunida em 28 de Abril de 2010, decide: ---

1. Saudar os Capitães de Abril e o povo português por este dia histórico, que permanece na memória de todos.” -----

Sujeita à votação, foi aprovada por maioria com os votos a favor da bancada do Partido Socialista, Manuel Dinis Lousada e as abstenções da bancada do Partido Social Democrata. --

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Deputados caso pretendessem fazer alguma inscrição. -----

A acta foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, Eduardo Vicente Roxo, Maria Adelaide Fernandes Morais, Anabela do Sameiro Diegues da Cruz e José Joaquim Dinis, motivadas por não terem estado presentes na respectiva sessão.-----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Segundo Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida no periodo que media entre a última sessão desta Assembleia e esta. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

Exmº Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários da Mesa -----

Senhores Vereadores Presentes -----

Senhoras e Senhores Presidente de Junta de Freguesia e demais senhoras e senhores deputados municipais -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Não é a primeira vez que me refiro à crise económica e financeira que atinge a maior parte dos Países desenvolvidos, nomeadamente os da Europa e cujos efeitos se fazem sentir em

todos os sectores e actividades, incluindo na administração pública e nas instituições descentralizadas do Estado. -----

Por mais que se discuta, por mais que se escreva, por mais que se proponha, ninguém até hoje conseguiu encontrar o caminho para sairmos do estado em que as economias se encontram, sendo certo que Países como Portugal estão muito mais vulneráveis atendendo a que a economia é um sector produtivo já por si é muito fraco. -----

Aliás, não só ninguém consegue encontrar a fórmula para encontrar o caminho certo como nenhum economista conseguiu prever atempadamente estes tempos difíceis. -----

Até agora, os efeitos desta terrível situação e referindo-nos ao concelho de Vinhais, ainda não se fazem sentir como noutras zonas do País, graças a uma economia muito peculiar e que assenta bastante na pequena agricultura. -----

Também até agora, o Estado tem sabido e tem tido capacidade para subsidiar os desempregados e carenciados, lançando mão de um esforço financeiro assinalável, sendo que também a Câmara Municipal se tem associado e tem oferecido permanentemente a sua parceria no sentido de receber os destinatários desses programas, promovendo cursos e programas ocupacionais e assumindo parte dos custos e das despesas. Só a título de exemplo, no ano de 2009, no ano económico que terminámos, gastámos com carenciados, com subsidiados e ocupacionais, cerca de €80.000 e através da empresa municipal PRORURIS promovemos a formação de 267 formandos. -----

Tem sido um grande esforço. E é nestas alturas que se percebe claramente qual a importância e papel do chamado “Estado Social”, quando a economia não é capaz de cumprir as suas funções dentro da sociedade é o Estado que a substitui e apoia quem precisa de ser apoiado. --

De acordo com a lei de atribuição de competências e responsabilidades das autarquias, não cabe explicitamente neste âmbito, os assuntos de que estamos a falar. No entanto, e devido à proximidade com as populações, as autarquias não podem ficar indiferentes e tanto não ficam, que tal como expliquei, se associam ao Estado e participam nas despesas, constituindo verdadeiras parcerias. -----

Mas esta situação de crise internacional, provocada, como toda a gente sabe pelo sector da banca, que começou nos EUA e que rapidamente se propagou à maior parte dos Países desenvolvidos, acarreta outro tipo de consequências que se exteriorizam ao nível das decisões políticas locais. -----

Decidir politicamente, significa optar por seguir este ou aquele caminho, tendo consciência plena do que está em causa em cada momento quando se toma essa mesma decisão. São

decisões pensadas e devidamente ponderadas, sempre orientadas no sentido da defesa do interesse público e da satisfação das necessidades colectivas. Mas porque são também decisões que dependem das orientações da política geral do País e que no conjunto dos municípios acabam por influenciar directamente as contas do Estado, sobre todos nós autarcas, Câmara, Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, recai uma estreita obrigação, agora mais do que nunca, de utilizarmos com grande racionalidade os recursos disponíveis, de privilegiarmos apenas o essencial, de pormos de lado todas as despesas que não são verdadeiramente essenciais e que antes consubstanciam por vezes pequenos luxos e vaidades. Da nossa parte, Câmara Municipal e de eu próprio, enquanto coordenador político e responsável por aquilo que são as opções tomadas, não permitiremos que o caminho seja outro que não o da poupança, racionalidade na utilização dos recursos, privilegiando o que são as verdadeiras necessidades das pessoas, não descurando obviamente as despesas de investimento, uma vez que são fundamentais para a qualidade de vida das populações e para manter os empregos. -----

Assim sendo, somos obrigados a cortar e a suspender gastos em obras, desde que não comparticipadas por fundos comunitários. -----

Tudo o que temos candidatado aos diversos programas comunitários, é sobejamente suficiente para o presente mandato e traduzem investimentos importantes, tanto na Vila como nas aldeias, quer ao nível da modernização, da recuperação de espaços públicos, águas, saneamentos, arruamentos, estradas, etc. Mas é preciso ter em conta, que esses recursos financeiros provêm de 3 fontes de 3 origens: uma parte vem da Europa, outra do Estado e a restante da Câmara. Ora se a Câmara não tiver antecipadamente as verbas para participar esses investimentos, não há investimento, até porque, primeiro temos sempre que pagar a totalidade do preço de cada obra e só depois é que recebemos a parte financiada, sendo que neste momento se verificam fortes atrasos nas transferências das verbas para as Autarquias, por parte do Estado Português, o que nos acarreta alguns problemas de tesouraria. -----

Mesmo assim, apesar de todas estas vicissitudes já iniciamos a concretização do nosso programa e plano de actividades para o presente ano. -----

Ainda na semana passada apresentámos 12 candidaturas no âmbito do Programa acção Renovar Vinhais num investimento total de €2.200.000 e encontramos também a preparar as candidaturas à 2ª fase do programa de cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha. Estamos a abrir concurso para o arranjo urbanístico do Bairro do Calvário e já adjudicamos as ETAR's de Vilar de Lomba, Moás, Paçó, Pinheiro Novo, Gestosa e Frades. -----

Continuamos preocupados e por isso tudo faremos para que se resolva o mais rapidamente possível as condições de acessibilidade entre Salgueiros e Seixas e entre Sobreiró de Cima – Trincheiras uma vez que são estradas muito importantes para quem reside nas freguesias da parte poente. -----

E quanto a estas obras há muito que todos estamos esclarecidos: trata-se de vias que as Estradas de Portugal e o Ministério das Obras Públicas pretendem que a Câmara assuma e aceite através do chamado processo de desclassificação de estradas nacionais, mas que nós Câmara entendemos que primeiramente o Estado tem que as recuperar e só depois se coloca a questão da transferência. -----

Amanhã mesmo estarei presente na cerimónia de lançamento da obra de recuperação da EN 308 entre o cruzamento de Dine e Bragança já que os trabalhos vão decorrer nos dois concelhos Vinhais e Bragança e aí, mais uma vez, terei a oportunidade de relembrar ao membro do Governo que estiver presente, aquilo que são as nossas preocupações em termos de acessibilidades inter-regionais, nomeadamente essas duas estradas. -----

Claro está que não nos esqueceremos, jamais nos esqueceremos, da ligação Vinhais - Bragança que devido à sua importância estratégica tem que ser uma constante preocupação. A última informação que recebi a este respeito e por escrito, é que o estudo de impacte ambiental está adjudicado e está a ser feito, sendo que é este estudo quem escolhe o chamado corredor da estrada. -----

Quero garantir-vos que este meu sonho e também vosso concerteza, será perseguido até ao momento da sua concretização, embora bem sabendo que o seu custo entre os 40 e 50 milhões de euros sejam em si mesmo um grande obstáculo e nos retirem um pouco a capacidade de sonhar. Mas como diria o poeta “...é o sonho que comanda a vida”. -----

Para terminar uma palavra de apreço e parabéns à Junta de Freguesia da Moimenta, Assembleia de Freguesia e à sua população, nomeadamente ao Senhor Presidente da Junta Senhor Duarte Pires, pelo êxito conseguido em mais uma Feira Franca que se realizou no passado fim-de-semana e na qual muitos de nós estivemos presentes e que teve como ficou demonstrado um grande êxito. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – 197.902,17 -----

- Dotações não orçamentais – 643.629,77” -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, dirigiu-se ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada informando-o que no dia vinte e cinco de Abril se realizou uma homenagem a

Ari dos Santos, e uma Feira Franca na povoação e freguesia da Moimenta, não havendo melhor maneira de comemorar esse dia. -----

No tocante às questões colocadas pelo Senhor Deputado José Carlos Claro e pela Senhora Deputada Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, respondeu que, existem fortes indícios que, num curto período de tempo irão ser recuperadas, os projectos de execução das obras estão a ser elaborados pelos serviços desta Câmara Municipal para os oferecer às Estradas de Portugal. -----

Relativamente às taxas aprovadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, informou que, terão todo o seu apoio sobre este assunto, e solicitou a todos os deputados presentes, nesta Assembleia Municipal, para em conjunto, redigirem uma proposta, um protesto firme e forte, e que seja aprovado para ser enviado ao Ministério do Ambiente. ---

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Declarado aberto o Período de Intervenções, inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- Manuel Dinis Lousada; -----
- Horácio Domingos Afonso; -----
- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para se referir à situação financeira do município, e também à gestão corrente da Câmara. -----
Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que o informasse em que situação se encontrava o processo do empréstimo, uma vez que lhe tinham dito que estava envolto em alguns imbróglis. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, o qual se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que, na última sessão da Assembleia Municipal, tinha

sugerido que, todos os eventos que fossem realizados pelo Município, estivessem disponíveis no site da Câmara Municipal, para assim todas as pessoas terem conhecimento, referindo-se em especial ao programa do dia vinte e cinco de Abril. -----

Continuou a referir que tinha apresentado numa sessão da Assembleia Municipal, uma moção sobre a Portaria n.º 1245, do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, não tinha sido aprovada, e se tal tivesse acontecido, talvez se tivessem tirado alguns dividendos. -- Por fim, disse que tinha apresentado também uma reformulação da moção sobre as telecomunicações, também não tinha sido aprovada, no entanto antes do início dos trabalhos tinha distribuído a alguns deputados desta Assembleia Municipal, fotocópia de um requerimento elaborado pelo PCP, que foi entregue na Assembleia da República, dirigida ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para esclarecimento desta situação. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, o qual se dirigiu ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, dizendo-lhe que, as moções que eventualmente aqui sejam apresentadas, para serem admitidas para discussão, deviam ser apresentadas em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o assunto ser agendado na ordem de trabalhos, para seguidamente ser discutido e votado pelos membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida dirigiu-se ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, informando-o que, para a bancada do Partido Socialista, todas as obras que foram feitas durante o anterior mandato foram essenciais para a Vila e para o Concelho, interpelando-o, que em nome da bancada do Partido Social Democrata, indique o nome das obras que não seriam realizadas pelo município. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciou por dizer que, iria responder ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, uma vez que as outras pessoas se tinham limitado a fazer considerações, que não exigiam respostas objectivas. ----- Referindo-se à questão do empréstimo, informou este Senhor Deputado de que os dados que possuía hoje sobre o empréstimo são os mesmos que lhe foram fornecidos aquando da

sujeição da aprovação da contracção do empréstimo a esta Assembleia. A proposta para contracção do empréstimo vinha acompanhada de uma listagem das obras que se pretendiam financiar. Nessa altura já conhecia a situação em que se encontrava cada uma daquelas obras. Continuou a dizer que os processos não são formalizados pelo Presidente da Câmara mas sim pelos respectivos serviços. Considera este empréstimo essencial, tanto mais, que na semana anterior, a Câmara Municipal tinha lançado obras que reputa de importantes, como era o da Beneficiação do Bairro do Calvário e a Requalificação da Rua de Cima e da Corujeira entre outras, razão pela qual o considera fundamental para poderem continuar a desenvolver obras.

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para dizer que lhe tinha chegado informação por intermédio do Senhor Vereador que detêm na Câmara Municipal, que o empréstimo em causa já tinha sido alvo, por parte do Tribunal de Contas de várias perguntas, sobre a condição de determinadas obras. -----
Relativamente às questões, que obras não faria, respondeu que seriam várias. Tudo o que o Senhor Presidente disse aqui hoje, já eles o tinham dito. Tinham apresentado em sede da Comissão Permanente, e tinha sido chumbado, um plano de combate à pobreza. Era necessário fazer uma triagem das obras que vão ser produtivas e que vão gerar riqueza no meio e em Vinhais, e aquelas que são meramente bonitas, mas ostentatórias, e destas, existem algumas como são os candeeiros à entrada da Vila e o repuxo no Centro do Arrabalde. Em sua opinião ganhavam muito mais em ser um espaço verde, que não gerasse tantos encargos. ----
Referindo-se novamente ao empréstimo, disse que tinha sabido, por intermédio do Senhor Vereador do Partido Social Democrata, que o empréstimo estava envolto em problemas, tinha sido a pergunta que tinha apresentado e para a qual não tinha obtido resposta, era em que situação se encontrava o empréstimo. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para resposta, este, solicitou autorização ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para que o chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, informasse se o Tribunal de Contas tinha solicitado esclarecimentos acerca do empréstimo em causa. -----

Concedida a necessária autorização, o chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou que o Tribunal de Contas não tinha solicitado quaisquer esclarecimentos acerca do

empréstimo em causa, a única correspondência recebida tinha sido acusar o recebimento do processo e informar o número de registo que lhe foi atribuído. -----

2.5 – ECOLIGNUM – AUMENTO DE CAPITAL. -----

Usou da palavra o Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, Luís dos Santos Fernandes que explicou as razões do pedido de aumento de capital no valor de quarenta e dois mil euros (42.000,00 €), apresentado pela empresa Ecolignum – Madeiras Nobres de Vinhais, Ld.^a, na qual o Município de Vinhais detém capital na proporção de catorze por cento.-----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para em nome da bancada do Partido Social Democrata, salutar este tipo de iniciativas, referindo ainda que gostariam que em futuras situações de aumentos de capital por parte de empresas participadas pela Câmara Municipal de Vinhais, para terem uma decisão fundamentada e racional, ter acesso ou às ratificações do plano estratégico original, ou então aos Planos de Investimento que as empresas tenham para pedir este aumento de capital, por essa razão a bancada do Partido Social Democrata, iria abster-se. -----

Sujeita à votação, foi aprovada por maioria com cinquenta e cinco votos a favor e as abstenções dos Senhores Deputados Manuel Dinis Lousada e Jorge Paulo Gomes da Silva e os Senhores Deputados da bancada do Partido Social Democrata. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, dita para a acta a declaração de voto do teor seguinte: -----

“A CDU abstém-se neste ponto referente ao aumento de capital de 300.000 euros da Ecolignum, cabendo ao Município 42.000 euros, por considerar que esta proposta carece de fundamentação e estudo que suporte a mesma, a simples folha A4 que me chegou à mão, mais parece tipo de contabilidade mercearia “ -----

2.6 – PROJECTO DE REGULAMENTO E TABELA DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA. -----

Após audiência prévia levada a efeito nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, foi presente o Projecto de Regulamento e Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais – Fundamentação Económico-Financeira. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para explicação dos documentos em discussão, e porque no público presente, se encontrava o técnico que participou na sua elaboração, solicitou autorização ao Senhor Presidente da Mesa, para que autorizasse a ser ele a elucidar esta Assembleia, dos aspectos técnicos que nortearam a sua elaboração, o que foi autorizado. -----

Usou então da palavra o Dr. Pedro Mota e Costa, para esclarecer que, a elaboração destes documentos decorre da obrigatoriedade da aplicabilidade da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais. -----

Continuou a dizer que, as taxas são criadas por regulamento aprovado pelo Órgão Deliberativo e que contém, obrigatoriamente, sob pena de nulidade, a indicação da base de incidência objectiva e subjectiva, o valor ou a formula do calculo do valor das taxas a cobrar, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local, as isenções e sua fundamentação, o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas e a admissibilidade do pagamento em prestações. -----

Todos estes condicionalismos encontravam-se devidamente fundamentados nos documentos em análise, razão pela qual se colocava à disposição dos Senhores Deputados para esclarecer eventuais dúvidas que detenham. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, para questionar se os documentos que se encontram em discussão se destinam a uma regulamentação das taxas ou apenas ao aumento de taxas, pelo que lhe foi respondido que é a regulamentação e fundamentação económico-financeira das mesmas, por imposição legal. -----

Sujeita à votação, foi aprovada por maioria com cinquenta e seis votos a favor e as abstenções do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada e os Senhores Deputados da bancada do Partido Social Democrata. -----

2.7 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE A DOIS MIL E NOVE. -----

Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente fez uma pequena apresentação referindo que todos receberam atempadamente os documentos inerentes à Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de dois mil e nove, colocando-se à disposição para prestar esclarecimento se algum Senhor Deputado assim o entender. -----

Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida; -----
- José Henrique Vieira da Silva; -----
- Manuel Dinis Lousada. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, referiu-se à maneira como foi executado o relatório de gestão, elogiando a boa gestão deste executivo.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado, José Henrique Vieira da Silva, que iniciou por referir que o país está a atravessar um momento difícil. -----

Tinha analisado devidamente a prestação de contas e respectivo relatório de gestão, tendo verificado o cumprimento do princípio do equilíbrio, isto é, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes. -----

Referindo-se aos projectos mencionados pelo Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse que os mesmos iriam subcarregar as despesas designadamente as correntes e os efeitos seriam praticamente nulos. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma intervenção do teor seguinte:

“A prestação de contas e relatório de gestão referente a 2009 reflecte obrigatoriamente o plano de actividades e orçamento aprovado em Dezembro de 2008. -----
Ora a CDU não participou da apreciação e votação do plano e orçamento. -----
Por outro lado este relatório e contas terá de respeitar as regras do POCAL. -----
Sendo assim, a CDU ir-se-á abster nesta matéria.” -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para se referir à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, dizendo que uma das regras de boa gestão é respeitar os princípios contabilísticos designadamente o do equilíbrio onde as receitas correntes têm que ser suficientes para fazer face às despesas correntes, e estas são muitas, tendo em atenção que o tratamento da água, o transporte e recolha de lixos, os transportes escolares e transferências para as associações, são despesas correntes, demasiadamente avultadas, no entanto foi conseguido. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, referiu-se aos aspectos técnicos utilizados pelo revisor oficial de contas para a certificação das contas. Disse que em sua opinião, os níveis de materialidade utilizados para avaliar as constas são de uma malha muito larga, porque os limites de materialidade são demasiado grandes, motivadas possivelmente pelos escalões utilizados nas transferências do Estado para os municípios.-----
Continuou a dizer que o preocupam os aumentos verificados com o fornecimento dos serviços externos, destacando as despesas de representação. -----
Ainda, no seguimento das questões que lhe tinham sido colocadas, relativamente à economia de dinheiros, disse que é da opinião que é possível poupar dinheiro, devendo os investimentos a fazer no futuro ser devidamente ponderados. Nesse sentido, informou que o Partido Social Democrata iria fazer chegar à mesa desta Assembleia uma proposta de fusão das duas empresas municipais, deste Concelho, uma vez que consideram que, para além de se poupar nos cargos dirigentes, poupa-se simultaneamente e ganha-se, porque existem funções intercruzadas entre uma e a outra. Referia-se a isto, porque as transferências para estas duas empresas tinham-se cifrado num aumento de mil e setenta e quatro por cento daquilo que estava previsto. -----

Seguidamente, pediu ao Senhor Presidente da Mesa, tendo em atenção que se encontrava ausente da sala, aquando da votação do Regulamento e Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas, pretendia justificar o sentido de voto de abstenção da bancada do Partido Social Democrata. -----

O Partido Social Democrata, em dois mil e três tinha proposto uma revisão das taxas, e porque o Partido Social Democrata, acha que o Concelho de Vinhais depende noventa e oito por cento das transferências que o Estado lhe envia, tinham que arranjar fontes de financiamento alternativas, tinham que alterar este tipo de estrutura, tanto mais que correm o risco de o Concelho passar para Concelho de terceira categoria, originando a diminuição das suas transferências em trinta por cento. Não concordam com o timing escolhido para proceder a esta alteração, razão pelo qual se abstiveram.-----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, e no uso desta, referiu que, o número da população residente no Concelho, apontado pelo Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, era de facto um problema grave, porque se descer abaixo de dez mil eleitores, passam para Concelho de terceira, mas deixou a alerta para que o Senhor Deputado e outros não contribuam para isso, uma vez que, na altura das eleições tinham a residência neste Concelho e logo a seguir procederem à sua alteração para outro lugar qualquer fora do Concelho, pelo que apelava para que a mantivessem neste Concelho, só assim poderiam ajudar. -----

Referindo-se à contribuição deste Senhor Deputado, para diminuir as despesas, disse que agradecia a intenção, no entanto, quando se refere às despesas das empresas municipais, esclarece-o que, as transferências da Câmara para a empresa municipal ProRuris, no ano anterior, foi de vinte e cinco por cento do seu orçamento, enquanto no presente ano se prevê que seja apenas de dezoito por cento, para um orçamento de quase em milhão de euros. Se isto era considerada um má gestão não sabia o que era gerir bem. -----

Relativamente à Turimontesinho disse que, tinha vindo substituir a Câmara Municipal, naquilo que esta já pagava, e como exemplo indicou as despesas do Complexo das Piscinas e com a parte recreativa e desportiva, que se não fossem despesas da empresa municipal, naturalmente teriam que ser da Câmara Municipal. -----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para dizer que relativamente à sua residência o Senhor Presidente não tinha falado a verdade, uma vez que possui uma moradia no Porto e da qual tem isenção de contribuição. -----

Referiu que, naquilo que tinham que se empenhar, e era a sua posição e da sua bancada, era fazer propostas, e hoje tinham feito uma proposta séria, e que deve ser ponderada, a fusão das empresas municipais, como já tinham apresentado uma proposta dos dez mil habitantes, como certamente se recordarão, tinham proposto a criação de um subsídio à natalidade e para a escolaridade. Não tinha sido aprovada. Possivelmente irão agora trazê-la. -----

Por fim declarou que, embora não morasse em Vinhais, continuava a ser votante por opção, em Vinhais. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação os documentos da prestação de contas e relatório de gestão, que foram aprovados por maioria com cinquenta e seis votos a favor e as abstenções do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada e dos Senhores Deputados da bancada do Partido Social Democrata. -----

3- PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO. -----

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezassete horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----